

SC6371

FRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: www.Africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Sessão Ordinária

23 – 27 de Janeiro de 2012

Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/690(XX)

Original: Inglês

**RELATÓRIO DA 7ª CONFERÊNCIA DOS MIISTROS DA UNIÃO
AFRICANA, RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,
NAIROBI – QUÉNIA, 9 – 14 DE MAIO DE 2011**

REUNIÃO DA 7ª CONFERÊNCIA DA UA DE MINISTROS AFRICANOS RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/SERVIÇOS PÚBLICOS

INTRODUÇÃO

1. A 7ª Conferência da UA de Ministros Africanos Responsáveis pela Administração Pública realizou-se em Nairobi, Quênia, de 13 a 14 de Maio de 2011. Participaram na reunião ministros responsáveis pela Administração Pública/Serviços Públicos e representantes dos Estados Membros da União Africana. Junta-se ao presente a lista completa dos participantes.

DISCURSO DE ABERTURA

O discurso de boas-vindas foi proferido pela S.E Dalmas Otieno Anyango, EGH, Deputado do Parlamento e Presidente da 6ª Conferência de Ministros Africanos Responsáveis pela Administração Pública, Quênia

2. S.E Sr. Anyango disse que a participação dos Estados Membros confirmava o seu empenho na visão e nas aspirações do programa dos Ministros, bem como na causa do aumento da efectividade e eficiência na prestação de serviços no sector público em todo o continente. Agradeceu os membros da Mesa e a CUA pelo seu apoio contínuo e activo ao programa ministerial e esclareceu que a visão do programa ministerial é de construir em África estados de desenvolvimento capazes. Afirmou que a conferência ministerial oferece aos Estados Membros e a outros interessados uma plataforma consultiva e de tomada de decisão, para avaliar os processos transformadores que têm lugar aos níveis global e local dentro da administração pública; e estabelecer medidas de intervenção colectiva e individual. São essas consultas colectivas que resultaram na concretização da Carta Africana de Valores e Princípios da Função Pública e Administração, que proporciona um quadro do qual emanará as futuras actividades da CMAAP.

3. S.E Sr. Anyango concluiu realçando os documentos e relatórios que aguardavam a adopção pela conferência ministerial. Finalmente, o Ministro instou também para adopção dos documentos e o apoio das Comunidades Económicas Regionais (CERs), Instituições especializadas e parceiros.

Discurso proferido pela S.E Sr. Erastus Mwencha, Vice-presidente da Comissão da União Africana

4. S.E Sr. Mwencha disse que a CMAAP reflecte o compromisso dos Estados Membros da UA de desenvolverem padrões de efectividade e eficiência ao nível continental, a fim de guiar os esforços dos Estados Membros. Observou que a CMAAP serve de plataforma de diálogo e interação e defende o curso de mudanças, advogando a favor do reforço dos padrões. Disse que a adopção da Carta assinalava uma nova fase na implementação da

Agenda de Governação da UA, impelindo assim a CUA a empreender programas de capacitação.

5. S.E Sr Mwencha realçou a importância da CMAAP e sublinhou a necessidade de garantir que ela se mantenha. Para o efeito, implorou a todos os Ministros e seus funcionários que se mantivessem firmemente empenhados em prol do bem comum da iniciativa da CMAAP e da agenda da UA, em geral..

Discurso Preliminar do Convidado de Honra, S.E Sr. Raila Amolo Odinga, EGH, Membro de Parlamento, Primeiro-ministro da República do Quênia.

6. S.E Sr. Odinga disse que a reunião tomou oportunamente em consideração os desafios com que o continente se confronta. Saliou que o fenómeno positivo da rede de socialização global é que ela apresenta uma oportunidade para capacitar cidadãos. Infelizmente, a falta de incentivos levou à fuga de mão-de-obra especializada. Observou ainda que a aposta para uma verdadeira democracia e serviços públicos efectivos e eficientes continuará a ser fugaz utopia, a não ser que a África resolva os seus problemas de governação. Afirmou que há necessidade de identificar possíveis estratégias alternativas para a renovação e reestruturação do Estado africano e do sector público, bem como o estabelecimento de instituições dinâmicas e flexíveis, capazes de oferecer credibilidade aos seus representantes e o seu apoio às políticas governamentais.

7. Tendo aplaudido a adopção da Carta, S.E. Sr. Odinga convidou os Estados Membros a ratificarem, adoptarem e implementarem este documento ao nível nacional, por tratar-se de um instrumento importante para a transformação dos serviços públicos em África, oferecendo simultaneamente uma abordagem estratégica, que visa garantir serviços públicos com base no *eto* nacional, responsáveis e orientados para o benefício das populações.

ELEIÇÃO DA MESA

8. A Mesa da 7ª CMAAP é constituída da forma seguinte:

- Presidente: Quênia
- 1º Vice-presidente: Argélia
- 2º Vice-presidente: Gana
- 3º Vice-presidente: Chade
- Relator: Zâmbia

DISCURSO DE ACEITAÇÃO DO PRESIDENTE DA MESA

9. O Presidente da Mesa indicou que o foco da 7ª conferência incidirá na assinatura, ratificação e implementação da Carta, bem como na congregação de parceiros pertinentes e na incentivação à utilização das TICs em toda África, de modo a reforçar a capacidade dos Estados. A 7ª conferência também dará prioridade a colaboração com todos

interessados e agências estatais relevantes e ministérios, desenvolvendo ao mesmo tempo vínculos com parceiros e outras organizações especializadas e instituições.

APRESENTAÇÃO E ADOÇÃO DA AGENDA

10. A agenda apresentada foi aceite sem modificações. (Anexo B).

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA 6ª CMAAP

11. O relatório destaca as actividades da CMAAP: realizações, desafios e áreas de actividade propostas para o futuro (Anexo C). Durante a 6ª CMAAP, realizaram-se cinco (5) reuniões da Mesa e seis (6) reuniões dos campeões de serviço. O presidente observou que, na tentativa de institucionalizar a administração da CAAMP, as funções e responsabilidades da liderança e gestão da CMAAP foram desenvolvidas. A fim de aumentar a participação e o exercício da liderança, a 6ª CMAAP redefiniu o conceito de campeões de serviço. Em consequência desta reconceptualização, o número de campeões de serviço aumentou de cinco (5) países para quinze (15), com onze (11) deles activos no programa. O presidente também indicou que a 6ª CMAAP conseguiu assegurar a participação e a liderança da Região da África Central na Mesa, com a eleição do Chade. O Gabão, a Guiné Equatorial e a República do Congo tornaram-se campeões e co-campeões de serviço. Após a suspensão da Guiné do lugar de 3º Vice-presidente, depois de efectuada consulta, a República do Gana foi eleita em substituição da Guiné.

12. No que diz respeito ao trabalho de fundo da CMAAP, foram obtidos os seguintes resultados: desenvolveu-se Guias de Gestão, adoptou-se o Plano da Implementação de Programas (PIP) do Presidente, foram identificadas áreas temáticas dos seis pilares da Estratégia do Longo-prazo e, finalmente, formulou-se o Quadro de Implementação da Estratégia de Longo-prazo (ELP). Além disso, a Tanzânia acolheu o Dia Africano dos Serviços Públicos do ano de 2009 e lançou o Prémio do Dia de Serviço Público Panafricano.

13. A 6ª CMAAP conseguiu assegurar recursos do PNUD, através da sua representação regional para a África e do Governo do Quênia. Além disso, alguns campeões de serviços contribuíram para o Programa dos Ministros, acolhendo os eventos da CMAAP, financiando actividades e participando nas actividades e eventos da CMAAP. Alguns campeões de serviço aumentaram a capacidade técnica da representação, proporcionando peritos.

14. A 6ª CMAAP também desenvolveu um quadro para a modernização e transformação do serviço público africano. O quadro consiste na Carta e na ELP.

15. A não participação da região África central, a falta dum secretariado permanente, a pouca adesão de Estados Membros e integração das CERs foram identificados como desafios enfrentados pela 6ª CMAAP.

16. A implementação da Carta e da ELP foi proposta como a futura tarefa programática do secretariado permanente da CMAAP. Ao nível continental, a CUA deverá dar prioridade ao estabelecimento de um secretariado e à divulgação da Carta, bem como facilitar o processo de ratificação por Estados Membros. A CUA deverá coordenar os esforços de mobilização de recursos, com vista a apoiar a implementação por Estados Membros. Estados Membros e CERs também deverão encorajar e facilitar a assinatura, ratificação, adaptação e implementação da Carta no contexto nacional.

APRESENTAÇÃO DO RELATORIO DE PERITOS

17. O relatório foi apresentado pelo embaixador Emile Ognimba, Director do Departamento dos Assuntos Políticos da UA (Anexo C). Ele disse que o objectivo da reunião dos peritos era de validar alguns documentos para a consideração e adopção da conferência ministerial. Indicou que os peritos tinham frisado no relatório que, enquanto a implementação da Carta é da responsabilidade primária e soberana dos Estados Membros, facilitar a sua implementação dependerá dum eventual consentimento da parceria entre Estados Membros, CUA, CERs, PNUD, a sociedade civil e outros intervenientes relevantes, com base nos seus respectivos mandatos diferenciados. Os peritos indicaram que o valor acrescentado da Carta reside na sua ratificação e implementação e que a sua assinatura é o passo mais importante.

18. Os peritos recomendaram, entre outras coisas, a adopção dos seguintes documentos pela conferência ministerial: Quadro da Implementação para a ELP; Guia de Liderança e de Gestão de Desenvolvimento; Planeamento de Recursos Humanos a Arquitectura de Política no Guia de Serviço Público; Gestão e Avaliação de Desempenho, incluindo o Guia de Acompanhamento e Avaliação; Regulamento Interno e Estatutos da CMAAP; Projectos de Declaração e de Resolução da Conferência Ministerial e a rápida assinatura, ratificação, adaptação nacional e implementação da Carta. Eles solicitam a Comissão da União Africana e a CMAAP que desenvolvam um Plano de Acção Conjunto para a disseminação e popularização da Carta.

Debate

19. Ao endossar o relatório, alguns Estados Membros reiteraram o seu compromisso de participar no processo da CMAAP na qualidade de campeões e co-campeões de serviço: a República do Ruanda expressou o desejo de participar como co-campeão de serviço dos temas sobre as TICs, a Capacitação e Gestão de Desempenho; a República do Congo como co-campeã de serviço nos temas sobre a Divulgação da Carta e as TICs; a Guiné Equatorial deseja participar nos temas sobre o Planeamento de Recursos Humanos e a Arquitectura Política, e o Gabão nos temas sobre a Capacitação na área dos Serviços Públicos africanos.

20. Alguns Estados Membros afirmaram que a Carta reflecte as suas próprias agendas de reformas e prometeram assiná-la após a conclusão dos requisitos de procedimentos, como é a regra nos seus respectivos países. Outros Estados Membros afirmaram que,

embora houvesse áreas de divergência entre a Carta e as suas agendas da reforma, a Carta, na sua totalidade, pode apoiar e complementar seus esforços de reforma. Realçou-se que havia necessidade de partilha de responsabilidades para uma disseminação mais ampla da Carta. O website da UA foi identificado como um dos meios propícios para uma maior disseminação.

21. Recomendou-se que, durante a 17^a Cimeira da UA, que se vai realizar em Malabo, Guiné Equatorial, o Presidente da 7^a CMAAP, em colaboração da CUA, devia organizar a cerimónia de assinatura da Carta. Os Estados Membros foram encorajados a autorizarem os seus representantes permanentes junto a UA a assinarem a Carta. Houve consenso de que não poderá haver qualquer modificação substancial, porque ela foi adoptada pela Conferência da UA. Por outro lado, observou-se que havia ainda necessidade de melhorar a tradução e a harmonização linguística, especialmente no que diz respeito a versão portuguesa (Moçambique ofereceu ajuda). Salientou-se que a atenção deverá centrar-se na divulgação, assinatura, ratificação e implementação da Carta.

22. A CUA prometeu uma larga e antecipada disseminação do documento para a consideração em todas as línguas de trabalho da UA e consultar o Departamento de Paz e Segurança sobre a sua participação na área temática de reconstrução pós-conflito.

23. Recomendou-se que os Estatutos e o Regulamento Interno da CMAAP fossem fundidos, sem quaisquer alterações nos conteúdos de ambos os documentos. O novo documento deverá designar-se como Normas, Procedimento e Organização da CMAAP. Este documento será adoptado pela próxima Mesa. Ficou assente que, enquanto os dois documentos visam a institucionalização das operações da CMAAP, o processo de enquadramento da CMAAP na estrutura e processo da UA (como comité técnico especializado) não deve, todavia, ser retardado.

24. A reunião avaliou a situação na Somália e elogiou os esforços envidados pelos somalianos e o Governo da Somália tendentes a resolver os problemas daí decorrentes. A reunião encorajou a Somália aproximar-se à CUA, a fim de explorar a possibilidade de ajuda na reconstrução e reforma do sector dos serviços públicos, dentro do quadro do actual dialogo que a UA mantém com aquele país.

APRESENTAÇÃO SOBRE O TEMA DASP

25. A República de Tanzânia, na sua qualidade de campeã de serviço da área temática do Dia Africano dos Serviços Públicos (DASP), fez uma explanação das medidas levadas a cabo em preparação para a comemoração semestral dos Serviços Públicos em África. Indicou que enviou convites a Estados Membros da UA e que foi estabelecido um quadro para o evento, incluindo o Comité Directivo, composto pela UNDESA, CUA, Secretariado da CMAAP, Tanzânia, Namíbia e Gana. O Comité Directivo tem o seu encontro marcado para o dia 15 de Maio de 2011, com vista a abordar, entre outras coisas, os princípios de adjudicação e mais pormenores sobre a participação no evento.

26. O tema da celebração conjunta é “Liderança Transformadora na Administração Pública e Inovação na Governação: Criando uma Vida Melhor para Todos”. As celebrações consistirão num fórum conjunto das Nações Unidas e o Fórum Africano da Função Pública, abrangendo uma gama de actividades que inclui sessões plenárias para abordar questões emergentes, desafios e tendências na administração pública; Workshops/Reuniões especiais paralelas sobre Capacitação, que envolvem discussões e análises profundos numa série de áreas importantes da administração pública; Mesa Redonda Ministerial; Painel de Diálogo Intergeracional e apresentação da Declaração Final (com a contribuição dos coordenadores dos workshops); Exposições e Prémios das Nações Unidas de Inovação nos Serviços Públicos; e Exposições e Prémios do Dia Africano dos Serviços Públicos.

27. A lista dos temas de discussão inclui: ELP, Desenvolvimento da Liderança Africana em Relação aos Assuntos Centrais e às Perspectivas Futuras; A Carta, Desafios e Tendências na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; Promoção da Criação de Riqueza em África e a importância da formalização dos Direitos de Propriedade dos habitantes dos bairros degradados, com vista ao desenvolvimento socioeconómico em África. Ficou assente que os Estados Membros da UA terão a oportunidade de participar nos workshops de capacitação de sua escolha, quando forem realizados, e abordarão temas no contexto africano.

28. Em relação às exposições e aos prémios do Dia dos Serviços Públicos no continente africano, os subtemas são: A Carta, como o único instrumento para aumentar a eficiência na prestação de serviços; a Inovação contínua nos Serviços Públicos; e as TICs, como um meio capaz de promover a administração pública electrónica (e-government). A Exposição terá lugar entre 20 e 23 de Junho de 2011, depois da qual o melhor pavilhão será premiado. Durante o certame, espera-se que todos os Estados membros da UA possam mostrar inovações e estratégias capazes de transformar os seus serviços públicos e a administração, de acordo com os valores e princípios inscritos na Carta, bem como a extensão da utilização dos TICs para melhorar o acesso e os serviços públicos para o cidadão. As barracas no recinto de exposição serão postas pelo Governo da República Unida da Tanzânia à disposição daqueles que desejarem participar.

APRESENTAÇÕES NA AAPSIA

29. Foram premiados os finalistas das várias categorias.

DECLARAÇÕES DE COMPROMISSO

30. **O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD)** reafirmou o seu compromisso de continuar a colaborar com a CMAAP e a CUA, na base de prioridades identificadas, entre as quais as seguintes: a ratificação, adaptação e implementação da Carta ao nível nacional; reforço da capacidade dos institutos de gestão do Desenvolvimento; apoio ao Programa Ministerial de combate à corrupção; utilização das TICs e prestação de serviços públicos; reconstrução da capacidade de prestação de

serviços públicos nos países acabados de sair conflitos civis; produção e disseminação de conhecimentos e implementação da ELP. Mais importante ainda, o PNUD, através do seu programa de ajuda a países, continuará a promover a capacidade dos Estados Membros da UA.

31. **O Departamento dos Assuntos Económicos E Sociais das Nações Unidas** reafirmou o seu compromisso de continuar a colaborar com a CMAAP e a Rede de Recursos Humanos, a fim de promover e inculcar valores positivos e princípios nos serviços públicos, a capacitação de gestores de recursos humanos e programas dos Dias da Função Pública de África e das Nações Unidas.

32. A **Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA)** prometeu continuar a apoiar na implementação do programa das CMAAP. A este respeito, a UNECA apoia totalmente a divulgação, ratificação, e adaptação nacional da Carta da Função Pública, proporcionando apoio técnico à CUA e aos campeões de serviço, especialmente nas áreas de combate à corrupção, de reconstrução pós-conflito e das TICs.

33. A **Associação Africana de Administração e Gestão Pública** manifestou a sua intenção de apoiar a implementação dos programas da CMAAP, assim como da Carta da Função Pública, através da produção de conhecimentos, partilha de experiências e formação. O representante da Associação concluiu a sua intervenção formulando um convite à CMAAP para participar na sua Conferência sob forma de Mesa Redonda anual, que teve lugar em Lilongwe, Malawi, em Outubro de 2011. Acrescentou que Conferência em Mesa Redonda teria uma sessão especial de ministros da CMAAP, onde os ministros falariam das suas experiências e ofereceriam conselhos à Associação, num esforço tendente a forjar uma parceria entre as duas instituições.

34. O Instituto de Administração Pública do Canadá manifestou o seu compromisso de continuar apoiar os programas da CUA e CMAAP.

35. A **Fundação Africana de Capacitação** exprimiu o compromisso de ajudar na implementação da Carta, através dum melhoramento dos indicadores de desempenho das actividades de Acompanhamento, Avaliação e Harmonização de Políticas. A Fundação também ofereceu apoio na recolha de informação em certas áreas temáticas, por exemplo: a elaboração de programas de liderança no Togo, Burundi, Quênia e Argélia, enquanto apoia a implementação da Carta, com base nos pedidos feitos pelos países.

A CERIMÓNIA DE ASSINATURA DA CARTA

36. Os Estados Membros a seguir indicados já assinaram a Carta: o Burundi, a República do Congo, a Gâmbia, o Gana, o Quênia, o Moçambique, a Namíbia e a Zâmbia.

Discursos de Encerramento

37. O discurso de encerramento foi proferido pela S.E. Sra. Julia Dolly Joiner. Fez um resumo das concretizações da 6^a CMAAP, louvando, ao mesmo tempo, a liderança do Quénia, os campeões de serviço e o esforço dos Estados Membros para assegurar os resultados obtidos. Afirmou que a adopção da Carta foi o resultado de maior destaque. Felicitou a Argélia pela liderança que demonstrou na formulação da Carta. Disse que as deliberações e abordagens da 7^a CMAAP registaram êxito e que o indicador principal desse sucesso foi a assinatura da Carta por oito Estado Membros. Solicitou o apoio dos Estados Membros e de parceiros pertinentes, de modo a garantir que a Carta seja assinada e ratificada, tão logo quanto possível, por mais Estados Membros. Além disso, desejou que se assegure que a Carta seja ratificada, adaptada e implementada ao nível nacional, porque só então é que ela poderá ter uma expressão prática na vida do povo para o qual se destina. S.E. Sra. Julia Dolly Joiner concluiu dizendo que os resultados da 7^a CMAAP serão levados à atenção dos Chefes de Estado e de Governo na próxima Cimeira (17^a Conferência da UA).

SC6372

EX.CL/690 (XX)
ANEXO

DECLARAÇÃO

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: www.Africa-union.org

SC6372

**7ª Conferência de Ministros Africanos
Responsáveis Pela Administração Pública
9 - 14 de Maio de 2011
NAIROBI, Quênia**

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

Nós, os Ministros Africanos Responsáveis pela Administração Pública/Serviços Públicos, reunidos em 7ª Conferência de, Ministros Africanos Responsáveis pela Administração Pública (CMAAP) no Centro Internacional de Conferências de Kenyatta, em Nairobi, Quênia, de 9 a 14 de Maio de 2011 e tendo debatido o tema dedicado à Conferência, nomeadamente “Para uma Prestação Efectiva e Eficiente de Serviços”;

Recordando a Decisão [Assembleia/UA/Dec. 337 (XVI)], com base na qual se adoptou a Carta Africana sobre os Valores e Princípios dos Serviços Públicos e Administração, e **apelando** pela sua divulgação e ratificação;

Reconhecendo que a Carta serve de instrumento-chave para orientar a transformação dos serviços públicos africanos e consolidar o processo de reforma da governação em África;

Observando que a África tem registado progressos significativos na prestação de serviços e que o reforço da capacidade é um processo contínuo; e que a sustentabilidade deste processo exige o envolvimento activo de todos os interessados;

Reconhecendo o papel das Comunidades Económicas Regionais, dos Parceiros de Desenvolvimento, das Instituições de Investigação Científica e da Sociedade Civil, na promoção do desenvolvimento da capacidade e a importância de conseguir e elevar a sua participação na divulgação e apropriação da Carta;

Cientes de que a África ainda enfrenta muitos desafios na promoção, ratificação e adaptação dos instrumentos dos Valores Comuns no contexto nacional; e **reconhecendo** que ainda há uma série de obstáculos que precisam de ser ultrapassados na promoção da prestação efectiva e eficiente de serviços;

Comprometendo-nos com a tarefa de facilitar a ratificação da Carta, garantir uma prestação efectiva e eficiente de serviços aos povos e promover o progresso económico, bem como uma cultura de boa governação;

Tendo deliberado sobre o Relatório do Presidente [da Mesa] e os debates de peritos sobre os seguintes documentos: Quadro de Implementação para a Estratégia de Longo-prazo; Guia de Liderança e de Gestão de Desenvolvimento; Planeamento de Recursos Humanos e Arquitectura da Política no Guia de Serviços Públicos; Gestão e Avaliação de Desempenho, incluindo Guia de Acompanhamento e de Avaliação, Regulamento Interno e Estatutos da CMAAP;

Declaramos pela presente o seguinte:

- **ENDOSSAMOS** o relatório do Presidente da Mesa;
- **ENVIDAMOS ESFORÇOS** com vista a rápida assinatura, ratificação, adaptação nacional e implementação da Carta;

- **SOLICITAMOS** a Comissão da União Africana a formular um Plano de Acção para a disseminação e popularização da Carta;
- **CONVIDAMOS** a Comissão da União Africana a contactar as Comunidades Económicas Regionais com vista a estabelecerem as modalidades de colaboração e cooperação nas áreas dos serviços públicos e administração;
- **ADOPTAMOS** os seguintes documentos: Quadro de Implementação para a Estratégia de Longo-prazo; Guia de Liderança e de Gestão de Desenvolvimento; Planeamento de Recursos Humanos e Arquitectura da Política no Guia de Serviços Públicos; Gestão e Avaliação de Desempenho, incluindo Guia de Acompanhamento e de Avaliação; e apela por um alinhamento destes documentos com as estratégias nacionais de reforma do Sector Público dos Estados Membros;
- **TOMAMOS NOTA** do projecto de Regulamento Interno e Estatutos da CMAAP e remetemo-lo à Mesa e à Comissão da União Africana para uma maior análise;
- **CONVIDAMOS** os parceiros de desenvolvimento e outros interessados pertinentes a contactarem com os Estados Membros, a Comissão da União Africana e as Comunidades Económicas Regionais, a fim de implementarem e alinharem as suas actividades e prioridades com a Estratégia de Longo-prazo;
- **SOLICITAMOS** a Comissão da União Africana a mobilizar recursos para apoiar os esforços dos Estados Membros na implementação da Estratégia do Longo-prazo;
- **REAFIRMAMOS** o nosso compromisso de integrar o trabalho da CMAAP nos processos e estruturas da UA e de institucionalizar o secretariado da CMAAP;
- **APLAUDIMOS** a República Unida da Tanzânia por ter acolhido o evento de comemoração da segunda bienal continental do Dia Africano dos Serviços Públicos e convidamos o Estados Membros da União Africana a fazerem parte das comemorações, incluindo as exposições alusivas ao evento;
- **LOUVAMOS** o trabalho dos Compões de Serviços e lançamos um apelo para que mais países participem no programa;
- **FELICITAMOS** a 6ª Mesa pela qualidade de liderança patenteada e a orientação proporcionada na condução dos trabalhos da CMAAP e os membros eleitos para a nova Mesa;

- **EXPRESSAMOS APREÇO** pelo apoio do PNUD e de outros parceiros e convidamo-los a apoiar os esforços de divulgação da Carta e de implementação da Estratégia de Longo-prazo;
- **AGRADECEMOS** o governo e o povo do Quênia por terem acolhido a 7ª CMAAP e pela sua hospitalidade.

2012

Report of the 7th Au conference of ministers in-charge of public service, Nairobi, Kenya, 9 -14 May 2011

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4123>

Downloaded from African Union Common Repository